

JOÃO ARRISCADO NUNES

**ECONOMIA E CULTURA PÚBLICA:
A CIÊNCIA ECONÓMICA EM ACÇÃO**

nº 57
Agosto 1995

Oficina do CES
Centro de Estudos Sociais
Coimbra

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087, 3000 Coimbra

ECONOMIA E CULTURA PÚBLICA: A CIÊNCIA ECONÓMICA EM ACÇÃO*

João Arriscado Nunes

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Sociais

Nas sociedades contemporâneas, a ciência económica ocupa uma posição central enquanto discurso sobre a sociedade, sobre o vínculo entre o individual e o social e sobre a responsabilidade moral (Wolfe, 1989, Boltanski e Thévenot, 1991, Bellah *et al*, 1985, 1991). Ela constitui um dos recursos fundamentais da retórica instrumental (Jasper, 1992), invocando critérios como o realismo, a eficácia, a qualidade, a viabilidade, a relação entre custos e benefícios, a responsabilidade individual, a justiça baseada na desigualdade de prestações, o "achievement" contra a "ascription". Embora existam dois grandes tipos de argumentos e dois grandes modelos da ordem social no discurso da ciência económica - o que privilegia o mercado e a escolha e o que privilegia a organização e a eficiência ⁻¹,

* Versões anteriores deste texto serviram de base a apresentações orais a um seminário do Centro de Estudos Sociais, em Junho de 1994, e ao *workshop* "Entre a Economia e a Sociologia: teorias e perspectivas de análise", Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Janeiro de 1995. Agradeço as críticas e sugestões que me permitiram clarificar, corrigir ou desenvolver diferentes aspectos do meu argumento. A presente versão, naturalmente, é da minha inteira responsabilidade.

¹ A tensão entre estes dois modelos assumiu uma expressão institucional na separação académica de disciplinas como a economia e a gestão. Como mostraram Boltanski e Thévenot (1991), estamos perante duas lógicas que remetem para concepções diferentes da ordem social, do tempo, da justiça e da avaliação do desempenho dos actores sociais, e que estes autores designam, respectivamente, por lógica mercantil e lógica industrial. No mesmo sentido, embora a partir de pressupostos distintos, Boaventura de Sousa Santos tem vindo a estabelecer uma distinção entre o espaço do mercado e o espaço da produção enquanto espaços estruturais das sociedades capitalistas, gerando diferentes tipos de poder e de direito, e correspondendo a formas institucionais e a modos de racionalidade distintos. Apesar de a gestão ser a forma de tecnologia social que mais identificada está com a canção científica da economia, esta tensão emerge com frequência, adquirindo uma grande visibilidade pública. Disso são exemplos as queixas de empresários acerca da inadequação da formação ministrada nos cursos de gestão e nos MBA's, em que não se ensinaria os gestores a *vender* o que as empresas produzem. A confrontação que teve lugar nos Estados Unidos, a partir de meados dos anos 80, entre os "corporate raiders" e os executivos de empresas, com os primeiros acusando os segundos de colocar os interesses das empresas e dos que nelas trabalhavam acima dos interesses dos accionistas - traduzidos na maximização, a curto prazo, dos dividendos das acções, ainda que à custa do endividamento crescente das empresas - teve, como mostrou em pormenor Hirsch (1987), consequências fatais para muitas dessas empresas. Um outro sinal dessa tensão entre lógica mercantil e lógica industrial é a popularidade de obras de grande difusão que opõem as competências mercantis às competências de gestão - como o famoso *What They Don't Teach You at Harvard Business School*, de McCormack, que, sintomaticamente, valoriza o desenvolvimento de um bom senso mercantil, baseado, presumivelmente, na "propensão para o negócio" de que falava Adam Smith, contra o saber pericial e especializado. A tentativa de compatibilizar as lógicas mercantil e industrial parece constituir, hoje, uma das grandes preocupações das novas correntes do "management", expressas, por exemplo, no desenvolvimento de procedimentos inspirados na filosofia do "just-in-time".

ambos são invocados rotineiramente, em diferentes contextos e situações, para realçar os constrangimentos materiais sobre todos os aspectos da vida social, seja em nome de um bom-senso mercantil, seja em nome de um saber especializado (Boltanski e Thévenot, 1991). Como notou Martínez-Alier (1992), na era da proclamação do fim das ideologias, a ciência económica aparece, de facto, como a mais poderosa das configurações ideológicas, reforçada pela pretensão dos seus postulados à validade universal, e surgindo como um dos esteios mais importantes dos processos de globalização cultural e de generalização da racionalidade cognitivo-instrumental ao conjunto da vida social (Madsen, 1993; Jameson, 1991: 260-278).

O poder cultural da ciência económica assenta numa teia de relações complexas entre a sua condição de discurso científico, a sua função de fundamentação e legitimação de diferentes formas de tecnologia social que tendem a generalizar-se aos mais diversos domínios da vida social, e a apropriação do vocabulário da economia por parte de outras linguagens - incluindo as linguagens do senso comum que permeiam a vida quotidiana - emergentes em vários contextos e associadas a diferentes tipos de actores e de práticas sociais². Pode-se dizer, parafraseando o que afirmou Boaventura de Sousa Santos (1982: 29-30) a propósito do Estado, que se assiste a uma *expansão simbólica do económico*, que passa por essa generalização da linguagem da ciência económica e da argumentação económica e pela sua crescente importância como linguagem de uma cultura pública.

Paradoxalmente, esta expansão da economia e a sua constituição em linguagem pública parecem encontrar-se em radical oposição, por um lado, às características de saber especializado e altamente formalizado da ciência económica, que a tornariam, em princípio, inacessível aos profanos, e, por outro, à pouca credibilidade que a economia enquanto discurso previsional parece merecer, e que é patente, inclusive, no humor "nativo" dos próprios economistas. Este paradoxo não escapou a alguns economistas, que procuraram reformular, de diferentes modos, a teoria

² Importa não esquecer, contudo, que a própria linguagem da economia - como, aliás, a generalidade das linguagens científicas - se constituiu e se tem renovado através da apropriação metafórica de linguagens emergentes noutros domínios da vida social, aos quais "redistribui" posteriormente essas metáforas, agora sob a forma de conceitos que, muitas vezes, não são senão metáforas mortas. A este propósito, veja-se Mirowski, 1989.

smithiana das "propensões" de modo a pôr em realce a suposta homologia entre o discurso da economia enquanto discurso sobre a "natureza humana" e as competências rotineiramente accionadas pelos actores sociais. Nos anos 70, a chamada "nova macroeconomia clássica", associada a autores como Robert Lucas ou Thomas Sargent, viria a propôr uma das mais influentes versões deste argumento, a teoria das "expectativas racionais". Mas essa posição suscitou, de imediato, a resposta de outros economistas, nomeadamente neo-keynesianos como James Tobin, que, contra Lucas, reafirmariam o postulado da diferença entre as construções teóricas e os modelos da economia, por um lado, e o raciocínio corrente que comanda a acção dos agentes económicos, por outro³. Este debate teve o mérito de tornar particularmente visível a necessidade de investigar - e não apenas postular - os processos de circulação ou, mais precisamente, de *tradução* (Latour, 1987), através dos quais a ciência económica se expande para além dos contextos em que é produzida, e os processos que, em sentido inverso, influenciam o debate interno à própria ciência económica.

O vocabulário da economia tornou-se ubíquo, constituindo hoje um dos recursos fundamentais para a naturalização da ordem social e para a produção da retórica instrumental através da qual se opõe o realismo, a necessidade, a viabilidade ou a eficiência ao irrealismo, à utopia ou ao desperdício. Bellah *et al* (1985) notam, a este respeito, que a linguagem do individualismo utilitarista se tornou a "primeira linguagem" da classe média americana, ou seja, a principal linguagem através da qual as pessoas se expressam em público acerca da sua vida, das suas experiências e das suas aspirações e procedem à avaliação moral de si próprias e dos outros. Os mesmos autores afirmam explicitamente que o "individualismo utilitarista tem uma afinidade com uma compreensão fundamentalmente económica da existência humana" (Bellah *et al*, 1985: 336). Esta dominação da linguagem individualista e utilitarista tem como corolário a crescente dificuldade em articular outros tipos de linguagem que permitam expressar publicamente os compromissos, relações e obrigações constitutivas de um sentido de comunidade. Como nota Wolfe (1989), a ordem moral que subjaz a este discurso é baseada no pressuposto de que o bem comum resultará da agregação do comportamento maximizador das utilidades individuais. A primeira obrigação do indivíduo para com a sociedade será, assim, a de

³ Sobre este debate, veja-se Klamer, 1984.

pensar em si próprio e nos seus interesses.

Será, assim, plausível, a partir destas considerações, avançar a hipótese da existência de um senso comum económico que retoma e "traduz", em diversos contextos e situações sociais, os argumentos sobre os quais assentam as versões dominantes da ciência económica. Esse senso comum contribui para a consolidação e reprodução do poder simbólico da ciência económica e das diferentes modalidades da sua articulação institucional, convertendo a linguagem da economia numa das linguagens públicas através das quais os membros de uma sociedade constroem e partilham concepções da ordem social, da responsabilidade, da obrigação moral e da relação entre o interesse particular e o bem comum - isto é, numa *cultura pública*.

Se a invocação do estatuto científico das proposições da ciência económica e da sua universalidade aparece como um dos fundamentos da sua expansão para todos os domínios da vida social, constituindo pessoas e coisas em "agentes económicos", factores de produção ou recursos, tal não deixa de exigir modalidades adequadas de tradução, sem as quais os paradoxos acima referidos gerariam resistências poderosas a essa expansão. Essa tradução assume, basicamente, duas formas: a generalização e sensocomunização de termos e conceitos da economia na linguagem corrente e nas linguagens especializadas de diferentes domínios da vida social, e a generalização de tecnologias sociais baseadas na ciência económica, invocando-a como instância de legitimação ou pressupondo os seus postulados. Este último aspecto está estreitamente associado à constituição de corpos de cientistas e de profissionais detentores de um saber especializado. Retomando um conceito proposto por DiMaggio e Powell (1991), é possível associar esta institucionalização da economia às diferentes modalidades de *isomorfização institucional*, a saber:

- a isomorfização *coerciva*, de que é exemplo a imposição, pelo Estado, a todas as organizações públicas de um formato único de contabilidade, ou a obrigatoriedade da apresentação anual dos relatórios e contas de empresas segundo modelos definidos ou condicionados pela lei;

- a isomorfização *mimética*, expressa, por exemplo, na adopção, por parte de diferentes tipos de instituições e organizações, públicas e privadas,

de critérios e procedimentos de organização e de gestão segundo o modelo das empresas do sector privado. A introdução de critérios de gestão empresarial e da adopção da referência ao mercado, à competitividade ou à melhoria da relação custo-benefício em serviços públicos, escolas ou hospitais constitui um exemplo muito visível deste processo;

- a isomorfização *normativa*, decorrente da presença de profissionais formados segundo modelos semelhantes, que utilizam instrumentos de trabalho e procedimentos comuns, impondo às diferentes instituições, independentemente do seu carácter público ou privado, da sua "missão" ou do tipo de bens que produzem, critérios e modos de funcionamento e de avaliação do desempenho idênticos. A proliferação de profissionais da gestão em todo o tipo de instituições e organizações aparece, sem dúvida, como a face mais visível deste processo.

A expansão do discurso económico passa, finalmente, pela multiplicação das instâncias de constituição da economia, da ciência económica ou do senso comum económico em objecto de *denúncia*, a partir da invocação de outros princípios de legitimação, de justiça ou de responsabilidade social. De facto, a expansão do discurso económico e da ciência económica através do duplo canal das tecnologias sociais e da sensocomunização suscita inúmeras resistências, particularmente quando a economia procura incorporar e reduzir à sua lógica seres, objectos e processos que, numa primeira aproximação, parecem incomensuráveis e incompatíveis com essa lógica. É este o caso, em particular, das tentativas de tratar como objectos económicos fenómenos como a vida humana, a educação, a saúde, o casamento e a família, a cultura, a arte, a ciência, o ambiente, a pobreza ou a exclusão social. Todos estas entidades partilham a condição de objectos "híbridos" ou objectos "de fronteira" (Star e Griesemer, 1989; Nunes, 1995), susceptíveis de definições, qualificações e valorizações diversas, assentes em critérios éticos, jurídicos, estéticos ou políticos, entre outros. As resistências à sua redução a objectos económicos encontram expressão pública em controvérsias que atravessam a comunidade dos economistas, mas que podem emergir em debates científicos transdisciplinares e, em geral, em todas as situações em que os argumentos económicos são invocados para justificar decisões ou cursos de acção, opondo-os a argumentos baseados noutras lógicas e noutras formas de discurso, ou quando se defende ou ataca a coordenação e

integração da vida social através do mercado⁴.

Ciência económica e controvérsias públicas

As situações de debate ou controvérsia pública envolvendo o uso de argumentos económicos ou a sua denúncia constituem um ponto de entrada privilegiado para este tipo de análise, tornando visíveis e explícitos, por imposição da argumentação, pressupostos que permanecem implícitos em situações de rotina, quer no trabalho corrente dos economistas, quer na utilização corrente do seu vocabulário e instrumentos em diferentes contextos e situações. Este aspecto reveste-se de particular importância quando se procura estudar, por um lado, o processo de constituição de novos objectos ou de novas problemáticas no quadro de uma disciplina científica, e, por outro lado, o processo de constituição e de emergência de discursos críticos da ciência e da tecnologia (Nelkin, 1992).

A abordagem que aqui é proposta assenta no princípio da *simetria* (Latour, 1991; Nunes, 1994). No caso vertente, tal implica tratar da mesma forma, utilizando os mesmos procedimentos de investigação, os discursos de *todos* os actores sociais que recorrem à linguagem da economia como recurso argumentativo ou como objecto de denúncia ou de crítica, e não deve ser concedido qualquer privilégio cognitivo, nem ao discurso dos economistas enquanto "padrão" a partir do qual é avaliada a verdade ou o erro dos diferentes tipos de argumentos, nem aos discursos críticos ou de denúncia da economia. Devem ser tratadas simetricamente *todas* as situações de debate ou controvérsia pública que envolvem o uso de

⁴Os estudos de Viviana Zeliser sobre os conflitos culturais em torno da atribuição de um valor monetário à vida humana no processo de emergência dos seguros de vida, ou da definição de um valor económico para a criança, permitindo considerá-la como um "bem" comensurável com outros tipos de bens e submetê-la a procedimentos de cálculo de custo-benefício; de Richard Titmuss (1971) sobre a doação de sangue organizada através do voluntariado e do mercado na Inglaterra e nos Estados Unidos; de Ashmore, Mulkay e Pinch (1989) sobre a economia da saúde como especialidade e como prática profissional; de John Law (1994) sobre a "empresarialização" da actividade científica; de Paul DiMaggio e do seus colaboradores (1986) sobre a tensão entre a "missão" das instituições culturais e os constrangimentos materiais e financeiros em que são obrigadas a funcionar, ou, ainda, os usos do conceito de "economia moral" por E.P. Thompson (1971) ou James Scott (1976) sugerem vias interessantes para a exploração das controvérsias em torno da constituição de seres e de coisas em objectos económicos, retomando, aliás, uma preocupação presente nos clássicos da sociologia com a relação entre a moral social, os valores e a mercadorização da vida social. Noutro plano, o importante estudo de Schudson (1993) sobre a publicidade explora os problemas e conflitos associados a uma das modalidades mais importantes de mercadorização da vida quotidiana e de constituição e difusão da ideologia da escolha, característica do capitalismo.

argumentos económicos, incluindo os debates "internos" à economia como disciplina ou como saber pericial, sempre que estes assumem uma expressão pública através, nomeadamente, da *publicação*, isto é, da inscrição material dos argumentos de forma a que estes possam ser reapropriados, em contextos distintos daqueles em que originalmente foram produzidos e expressos, por outros que não os participantes originais nos debates, no quadro de registos ou de estratégias de argumentação distintos. Finalmente, o princípio da simetria aplica-se também aos argumentos "convencionais" - isto é, os que reafirmam, elaboram ou "corrigem" os postulados económicos convencionais sem pôr em causa os seus fundamentos - e aos argumentos críticos que põem em causa as formas convencionais de pensar a economia e a prática dos próprios economistas enquanto cientistas e enquanto peritos. Aqui, deve ser dada especial atenção aos recursos retóricos mobilizados - incluindo a iconografia, como, por exemplo, as representações gráficas -, e às redes de conceitos, imagens, narrativas e citações que ligam um enunciado a outros enunciados, um argumento a outros argumentos (McCloskey, 1985, 1990, 1993; Klammer, McCloskey e Solow, 1988), permitindo recrutar *aliados* e, dessa maneira, dificultar o trabalho dos críticos ou opositores (Latour, 1987). O princípio da simetria generalizada implica a adesão ao que Susan Leigh Star designou, a propósito da sociologia da ciência, por

... a fundamental epistemological democracy. (...) each way of knowing is accorded a certain integrity based on the recognition that different situations create different perspectives (...). This is not value-neutrality, but rather the opposite. As a scientist, I can never be exempt from having a perspective; the sociology is in understanding that everyone else does, too. (Whether I agree or disagree with them is a different question) (Star, 1989: 19).

Falar em "economia", como se se tratasse de uma disciplina homogénea baseada num saber e num conjunto de práticas partilhadas e consensuais entre os membros da profissão de economista, faz-nos correr o risco de ocultar as divergências e conflitos que, desde sempre, têm oposto diferentes correntes dentro da disciplina, e que estão associadas, nomeadamente, às tentativas de preservar ou de subverter hierarquias teóricas ou de "escola", às lutas pelo poder, pelo prestígio e pela definição da autoridade que é comum a todos os mundos da ciência. A flutuação das "modas" em matéria de pensamento económico "correcto" associadas aos ciclos políticos é, sem dúvida, uma das expressões mais visíveis da persistência de importantes divergências internas à ciência económica⁵. A

⁵ Sobre algumas expressões recentes deste debate, veja-se Reis, 1994a, b.

análise dos debates "internos" à disciplina e, em particular, o modo como esses debates incorporam temas e preocupações emergentes fora do espaço disciplinar da ciência económica - e de que a associação já referida entre economia e política é um exemplo particularmente claro - constitui um bom ponto de entrada para a investigação dos usos sociais da argumentação económica. Tal implica seguir e analisar os debates em torno, nomeadamente, da definição de novos objectos e dos modos de tratar os novos problemas que estes suscitam aos conhecimentos e procedimentos convencionais da disciplina, recorrendo a abordagens semelhantes às que têm sido usadas na sociologia das ciências para o estudo de outras áreas disciplinares (Nunes, 1994). Assim, e sem a preocupação de ser exaustivo, não será difícil encontrar, a propósito de um mesmo tema, posições substancialmente diferentes e debates públicos por vezes bastante vigorosos entre economistas mais próximos da ortodoxia neoclássica como Gary Becker ou Joseph Stiglitz, defensores da teoria das expectativas racionais, como Robert Lucas ou Thomas Sargeant, keynesianos e neo-keynesianos como Robert Solow ou James Tobin, teóricos da "escolha pública", como James Buchanan ou Gordon Tullock, neoinstitucionalistas como Oliver Williamson, diferentes economistas movendo-se nas margens da ciência económica convencional, como Kenneth Arrow, "transgressores" das fronteiras disciplinares, como Albert Hirschman, ou economistas ecológicos, como Juan Martinez-Alier, José Manuel Naredo ou Herbert Daly, sem esquecer os marxistas e neo-marxistas.

A investigação dos usos sociais da argumentação económica obriga, num segundo momento, a alargar o espaço de análise "interno" à disciplina ao conjunto das situações que colocam a economia perante outros tipos de discursos e formas de argumentação, legitimadas pela referência a outras disciplinas científicas - como a sociologia ou a ecologia - ou a outras formas de saber, ou ainda a elaborações ou expressões da experiência e do senso comum dos actores sociais. Na prática, a fronteira entre estas duas situações é, na maior parte das vezes, difícil de estabelecer de maneira inequívoca. Os próprios debates "internos" à disciplina são, muitas vezes, desencadeados pela necessidade de responder a problemas que, de uma forma ou de outra, emergem "de fora" da disciplina, e incorporam recursos retóricos inspirados noutras formas de discurso ou de conhecimento.

Esta abordagem implica o exame de dois tipos de efeitos em termos

da expansão e consolidação da argumentação económica, que Hirschman designou por efeitos de *persuasão* e efeitos de *recrutamento*. Os primeiros referem-se ao efeito *directo* de determinadas obras, proposições teóricas ou ideias sobre o *corpus* de conhecimentos e as práticas na disciplina ou em contextos extra-disciplinares; os segundos dizem respeito à influência *indirecta* dessas obras, proposições ou ideias na criação ou desenvolvimento de um determinado domínio ou especialidade (Hirschman, 1986: 34).

Estes dois tipos de efeitos dependem das estratégias adoptadas pelos economistas para a prossecução do trabalho conceptual necessário à expansão da economia a novos domínios. Podemos considerar, basicamente, a existência de duas grandes estratégias, que são contraditórias, e implicam relações diferentes entre a economia como disciplina e outras disciplinas e discursos e práticas sociais. A primeira estratégia pode ser designada como *convencional*. Ela pressupõe que o trabalho conceptual é constrangido pela necessidade de preservar as proposições e os pressupostos constitutivos do "núcleo duro" da economia neoclássica, nomeadamente:

- o postulado da *parsimónia* na descrição e na explicação, postulado este que é considerado como um dos fundamentos da força da economia enquanto linguagem. A este postulado opõe-se o da *complexidade* (defendido, por exemplo, por Hirschman);

- o postulado da *universalidade* da teoria económica, isto é, da sua aplicabilidade transcontextual e trans-histórica, contra o postulado da *contextualização* e da *historicização* e da delimitação e especificação dos seus domínios de aplicabilidade.

Esta estratégia implica a *protecção* do núcleo duro da teoria neoclássica e dos conceitos a ele associados, tais como os de actor, acção, racionalidade, interesse, escassez, eficiência, custo/benefício, etc. A expansão dos postulados associados a esse núcleo duro faz-se através dum duplo movimento de *especificação* dos conceitos existentes (por exemplo, o conceito de "racionalidade restrita") e de *alargamento* da análise económica a novos domínios da vida social, com a correspondente operação de constituição de diferentes seres e objectos em objectos económicos. Uma medida do sucesso desta estratégia é o surgimento, em

disciplinas como a sociologia, de correntes como a teoria da acção racional. Em geral, pode-se dizer que esta estratégia obriga a que o trabalho conceptual seja permanentemente referido a, e estrangido pelos, conceitos estabelecidos da teoria neoclássica, construindo as extensões necessárias ao alargamento a novos domínios de aplicação. Tal estratégia terá, necessariamente, de ter como complemento a *contenção* de outras influências disciplinares, através de formas particulares de *conversão reguladora* ou *tradução* dessas influências (Santos, 1989; Latour, 1987, 1993).

A segunda estratégia, a estratégia de *transgressão* ("trespassing", como lhe chama Hirschman), pressupõe a redefinição da teoria económica através da sua confrontação crítica com outras disciplinas e com o terreno. O seu sucesso depende da capacidade de expôr com sucesso as fraquezas e limitações da teoria neoclássica, mas de modo a conservar a credibilidade do crítico no seio da disciplina. Para tal, é necessário que esta estratégia seja apoiada em genealogias do pensamento económico alternativas à narrativa convencional, permitindo associar as posições presentes a correntes alternativas e concorrentes que, ao longo da história da disciplina, foram sendo silenciadas ou marginalizadas. Deste modo, a história da disciplina transforma-se numa dimensão essencial da legitimação das posições transgressivas. Assim se explica a importância da história da disciplina na obra de Hirschman, quando este pretende afirmar o carácter da economia enquanto disciplina moral e política, alicerçando-o na discussão das origens do pensamento económico moderno, ou a importância da reconstrução de uma história alternativa da economia baseada na centralidade do conceito de energia na obra de Juan Martinez-Alier, enquanto argumento para a legitimação científica da economia ecológica (Martinez-Alier, 1987, 1992). Também esta abordagem implica uma *contenção*, mas desta vez ela incide sobre a a expansão da aplicabilidade da economia neoclássica, negando-lhe qualquer privilégio cognitivo e obrigando a uma especificação e contextualização da análise económica, e a uma verificação das condições de viabilidade da teoria em diferentes situações e domínios. Aqui, mais uma vez, encontramos formas específicas de conversão reguladora dos diferentes discursos, linguagens e formas de conhecimento, de modo a propôr um modelo alternativo de conhecimento legítimo. Note-se que ambas as estratégias dependem da capacidade de cooptar ou recrutar aliados, através, por exemplo, da invocação de autores, artigos ou livros que se procura associar de maneira

durável a um argumento ou conjunto de argumentos, de modo a constituir "caixas pretas" resistentes à crítica e à desconstrução (Latour, 1987) e a dificultar, desse modo, através da multiplicação de instâncias a criticar, a emergência e consolidação de argumentos alternativos.

Os discursos críticos são obrigados a recorrer a um segundo tipo de operações, as operações de *denúncia* das posições que criticam, de modo a demonstrar que dominam a literatura e o saber que está na origem dos argumentos dos adversários. Deste modo, pode-se dizer que as operações críticas envolvem sempre os custos e riscos adicionais de abertura das caixas pretas que sustentam a "taken-for-grantedness" dos discursos convencionais ou dominantes. Tanto a cooptação como a denúncia pressupõem a referência a genealogias disciplinares, sem as quais se torna impossível legitimar a argumentação no quadro da disciplina. No caso do saber convencional, essa genealogia pode estar *implícita* nos argumentos invocados, entendidos como o resultado final de uma evolução cumulativa do saber disciplinar.

A análise sociológica dos usos públicos da argumentação económica obriga, finalmente, a examinar vários aspectos através dos quais esses usos se realizam praticamente em situação:

- os contextos em que se desenvolve a argumentação, o próprio desenrolar dos processos de argumentação no quadro de controvérsias ou de debates e o seu desfecho. Este pode resultar, alternativamente, em: acordo ou compromisso entre os participantes; na suspensão da controvérsia ou do debate sem acordo, por decisão de um ou vários dos participantes - aqui, há-que ter em conta o poder relativo dos participantes e a qual deles pertence a iniciativa da suspensão -; na passagem do debate baseado em argumentos ao enfrentamento violento (incluindo a violência retórica ou simbólica); no recurso a mediações destinadas a impôr uma das posições em confronto às outras - veja-se o caso das denúncias dirigidas ao Estado ou a outros actores institucionais, ou das tentativas de influenciar estes -, perante a incomensurabilidade e incompatibilidade dos argumentos (Boltanski 1990);

- as formas de argumentação, os recursos "factuais", lógicos, narrativos, e metafóricos, constitutivos da "tétrada retórica" (McCloskey, 1993: 62, 1985, 1990) e os *topoi* gerais e específicos que os participantes

mobilizam no decorrer dos debates ou controvérsias (Santos, 1980, 1989);

- os diferentes tipos de lógicas ou de "registos" em confronto, e as maneiras diversas como os participantes "enquadram" o debate e definem a "natureza" do seu objecto (Goffman, 1986; Heinich, 1992; Nunes, 1993).

Um aspecto fundamental deste tipo de investigação é o da relação entre as *diferentes escalas* em que os debates e controvérsias emergem e em que se desenrolam. Assim, deve ser tida em conta a dimensão global das controvérsias científicas - disciplinares e transdisciplinares - , as modalidades locais de articulação dessas controvérsias e os processos de tradução do global para o local e, inversamente, do local para o global.

Os usos públicos do discurso económico : o caso do ambiente

Certos objectos que têm vindo a ser anexados pela ciência económica têm-se revelado bastante vulneráveis a procedimentos de denúncia e de crítica, e ao envolvimento em controvérsias internas à ciência económica e externas a esta. É o caso de uma entidade como o ambiente, objecto híbrido ou objecto de fronteira por excelência, susceptível de ser constituído a partir de uma pluralidade de posições, de pontos de vista e de discursos (Lafaye e Thévenot, 1993). As controvérsias sobre o ambiente constituem, hoje, parte do debate filosófico, moral e político sobre a relação entre os seres humanos e a natureza, ao mesmo título que as controvérsias sobre temas como os direitos dos animais, as novas tecnologias da reprodução ou a "justiça ambiental", opondo diferentes posições, que vão desde uma defesa da dominação da natureza pela ciência e tecnologia, consolidando e aprofundando a vertente de regulação do projecto socio-cultural da modernidade, até à "ecologia profunda". A ciência económica, como, em geral, a ciência moderna, é atravessada por este debate, sendo o ambiente um dos temas em que ele tende a concentrar-se.

Não sendo o ambiente um objecto económico convencional - aliás, a própria constituição do "ambiente" como objecto da cultura pública e das políticas públicas é muito recente, e envolveu um complexo processo de construção - , a ciência económica só progressivamente foi definindo os procedimentos adequados para a sua incorporação. De facto, o termo "ambiente" recobre, hoje, em boa parte, o que anteriormente se subsumia

no conceito de "natureza". Para a economia, a natureza era encarada, sobretudo, como uma fonte de recursos incorporados no processo de produção. O problema do impacto da actividade económica sobre a capacidade de renovação de recursos finitos, sobre a conservação de espaços e ecossistemas, sobre a qualidade do ar, dos alimentos e da água, ou sobre os riscos de contrair doenças ou incapacidades decorrentes de diferentes formas de contaminação nos locais de trabalho era tratado sob a designação comum de "externalidades", isto é, efeitos indirectos da actividade económica aos quais não era atribuído um valor e que, por conseguinte, não entravam no rol das variáveis incluídas nas operações de cálculo de relações custo-benefício ou de *input-output*. Progressivamente, e à medida que foram emergindo diferentes tipos de discursos públicos - incluindo discursos científicos - e de movimentos sociais que tomavam como objecto os riscos decorrentes da actividade industrial e a definição da sua aceitabilidade e, em geral, uma mudança da atitude pública em relação à natureza - encarada agora como um sistema vulnerável à intervenção humana que deve ser preservado e conservado, e não como uma fonte de recursos virtualmente inesgotáveis, a dominar e explorar -, esta passaria a ser incorporada, de diferentes modos, no discurso económico, vindo mesmo a dar origem a uma especialidade dentro da disciplina, a economia do ambiente e dos recursos naturais. A emergência do conceito de "qualidade de vida" está estreitamente ligado a estas transformações gerais da cultura pública relacionadas com a preocupação crescente com o ambiente, e de que a criação, em muitos países - incluindo Portugal -, desde os finais da década de 70, de Ministérios e departamentos governamentais dedicados ao ambiente e à qualidade de vida é outra expressão visível.

Ao longo das duas últimas décadas, verificou-se na ciência económica um envolvimento crescente com temas como o esgotamento e a renovabilidade dos recursos naturais, os riscos para o ambiente e para a saúde de certas formas de actividade económica e do uso de certas substâncias, a conservação de determinados espaços definidos como "naturais" e da flora e fauna habitando esses espaços. Estas abordagens foram construídas, quer sobre conceitos e abordagens convencionais na ciência económica - como os de recurso naturais, externalidades, custos sociais, bens públicos, custo-benefício, taxa de desconto, incerteza, risco - , quer através da definição de novos conceitos, como os de irreversibilidade, externalidade diacrónica ou património natural. Destes desenvolvimentos viria a surgir, como já foi referido, um ramo da ciência económica dedicado

ao estudo do ambiente, procurando definir as condições e os procedimentos que permitissem internalizar o ambiente e convertê-lo num conjunto de variáveis susceptíveis de formalização e de manipulação, como qualquer outra variável, integrando-o em sistemas de contabilidade social convencionais ou em versões modificadas destes - como, por exemplo, os sistemas de contabilidade do património natural. Alguns economistas, sem pôr em causa a referência primordial ao quadro disciplinar da economia, procuraram pensar a relação entre o sistema económico como sistema auto-regulado e o ambiente, recorrendo a desenvolvimentos recentes na reflexão científica sobre os sistemas auto-organizados ou as estruturas dissipativas, procurando novas linguagens para representar os processos de co-evolução e determinação mútua dos sistemas e dos seus "meios ambientes" e lidar com o problema da irreversibilidade desses processos (Godard e Salles, 1991). Nesta perspectiva, o ambiente, enquanto objecto da economia, pode ser definido como "um externalizado social portador de transformações ou de perdas irreversíveis susceptíveis de dar origem, a mais ou menos longo prazo, a *meta-implicações* ("meta-enjeux")" (Godard e Salles, 1991: 248).

A economia do ambiente tem deparado, contudo, com a afirmação de um discurso crítico dentro da própria disciplina que, invocando tradições minoritárias ou abandonadas ao longo da história da ciência económica, defende uma reconstrução do aparelho teórico e conceptual da economia, de modo a integrar as contribuições de disciplinas como a ecologia e a termodinâmica e a historicizar e contextualizar o tratamento da relação entre a actividade económica e os recursos naturais. Esta economia ecológica define-se, assim, como crítica da economia convencional e da forma como esta aborda o tema do ambiente.

Será interessante, e a título meramente exploratório, examinar rapidamente algumas das diferentes abordagens do tema do ambiente na ciência económica. Os exemplos escolhidos não pretendem substituir um estudo pormenorizado das controvérsias internas à disciplina, mas tão-só transmitir uma primeira ideia da diversidade de posições emergentes nessas controvérsias.

Em termos ideal-típicos, podemos começar por distinguir, seguindo Godard e Salles (1991), entre duas posições polares no que respeita ao modo como o ambiente é construído enquanto objecto económico: a

ortodoxia neoclássica e a economia ecológica. Na realidade, as posições em confronto não só se distribuem ao longo de um *continuum* que as aproxima mais de um ou outro destes polos, como também podem ser localizadas ao longo de outros eixos, tais como o que opõe o tratamento do ambiente em termos de racionalidade cognitivo-instrumental ao seu tratamento em termos de racionalidade moral-prática, que definem um espaço de posições pluridimensional. Consideraremos, a título de ilustração, quatro posições situando-se em diferentes pontos desse espaço e identificadas com quatro autores que nos parecem exemplificar um conjunto de posições suficientemente diversificado: Gary Becker, Kenneth Arrow, Albert O. Hirschman e Juan Martinez-Alier.

Gary Becker: o imperialismo económico

O "imperialismo económico", associado a autores como Gary Becker, prémio Nobel em 1992, constitui hoje a versão mais forte da expansão da ortodoxia neoclássica a terrenos outrora considerados como estranhos à economia. Becker defende a aplicabilidade da análise económica neoclássica a qualquer domínio ou objecto, sem necessidade de postulados adicionais, presumindo que os indivíduos actuam como maximizadores de utilidades em todas as situações sujeitas à escassez e exigindo escolhas, e que os mecanismos de mercado - e os preços em particular - constituem constrangimentos necessários e suficientes da acção racional:

Prices and other market instruments allocate the scarce resources within a society and thereby constrain the desires of participants and coordinate their actions. In the economic approach, these market instruments perform most, if not all, of the functions assigned to 'structure' in sociological theory (Becker, 1976: 5).

A invocação da *escassez* como constrangimento universal da acção económica - exterior às "propensões" ou "gostos" dos agentes - permite a Becker evitar as interpretações psicologizantes da acção racional, o que tem facilitado a penetração destas ideias entre os sociólogos, que conduziu, nomeadamente, à emergência da corrente conhecida por "rational action theory", e cuja figura central é James Coleman. A sua influência chegou, mesmo, a alguns autores marxistas, identificados com o chamado marxismo analítico, como John Roemer ou Erik Olin Wright⁶.

⁶ Sobre as estratégias retóricas que conferem plausibilidade às teses de Becker e estão na base do postulado da sua validade para todos os domínios da vida social, independentemente dos contextos

Nesta perspectiva, o mercado constitui uma forma universal de organização e coordenação da vida social, e qualquer desvio do modelo do mercado baseado nos postulados do actor racional, da informação perfeita e da concorrência perfeita será considerado como uma "imperfeição" que perturba ou condiciona o funcionamento "natural" da economia. Uma entidade como o ambiente será tratada, sob este ponto de vista, como um conjunto de bens com um valor especificado, correspondente a um preço definido através da relação entre a escassez desses bens e as preferências dos agentes. Deste modo, a escolha entre a preservação de um espaço natural ou o investimento num empreendimento imobiliário nesse mesmo espaço, por exemplo, decorrerá de um cálculo dos custos e benefícios, para os agentes, de cada uma dessas opções. A preservação do ambiente através da renúncia a poluir é definida, assim, como uma escolha racional dependente de um cálculo comparado dos custos e benefícios decorrentes da adopção de cursos de acção alternativos. Este postulado permite reformular o princípio do "poluidor-pagador", geralmente associado a uma penalização, de montante estabelecido pelo Estado, por violação da lei:

espaciais, históricos e culturais, veja-se Jameson, 1991. McCloskey, que chama a Becker o "Kipling do império económico", nota que a obra deste não tem, necessariamente, de ser lida segundo os protocolos modernistas que privilegiam a objectividade e a literalidade do discurso científico, mas pode também ser considerada um exemplar da retórica constitutiva da imaginação económica, caracterizada pela densidade metafórica e pelo que Kenneth Burke designou por "perspectiva por incongruidade", aproximando o que, em geral, se costuma separar e separando o que se costuma juntar ou aproximar (McCloskey, 1985: 76-79). Esta estratégia de leitura não deve levar a ignorar, contudo, que o protocolo modernista continua a dominar o processo de produção do discurso económico convencional, como se torna evidente na apreciação que o próprio Becker faz da sua obra (Swedberg, 1989: 27-46). A observação de McCloskey sugere a necessidade de distinguir entre dois tipos de análise da retórica. O primeiro, de que são exemplo os trabalhos do próprio McCloskey, incide sobre os discursos e os textos e sobre os recursos argumentativos que mobilizam, e, embora mantendo no horizonte a proposição de que todos os discursos ou textos são dirigidos a públicos ou auditórios, estes não são objecto de uma análise específica, sendo antes considerados sob a forma do "implied reader". O segundo tipo de análise, que pode ser designada por sociologia da retórica, privilegia a relação entre a argumentação, os discursos e os textos, por um lado, e, por outro, os actores sociais que os produzem e usam, os diferentes auditórios a que se dirigem e as condições e situações em que tem lugar a produção e apropriação social dos discursos e textos. Uma importante consequência desta distinção reside na possibilidade de um mesmo argumento, discurso ou texto poder ser interpretado *literalmente* por aquele que o produz e *metaforicamente* por um dado auditório, e vice-versa. Este aspecto não pode ser deduzido da análise retórica do texto ou do discurso em questão, mas obriga à investigação empírica do processo social da sua produção, uso e recepção. Um exemplo pioneiro deste tipo de análise, incidindo sobre o discurso jurídico, pode ser encontrado em Santos, 1980. Em trabalho posterior, o mesmo autor aponta para uma abordagem semelhante do discurso científico (Santos, 1989). Vários trabalhos recentes têm procurado explorar os usos em situação de argumentos instrumentais ou utilitaristas legitimados pela referência (implícita ou explícita) ao discurso económico. Veja-se, nomeadamente, Ashmore, Mulkay e Pinch, 1989; Boltanski e Thévenot, 1989, 1991; Chateauraynaud, 1991; Derouet, 1992; Lafaye e Thévenot, 1993; Jasper, 1990; Bellah *et al*, 1985, e algumas das contribuições incluídas em Klammer *et al*, 1988. Os ensaios coligidos em Hunter, 1990, constituem uma excelente introdução à sociologia da retórica da investigação social. Finalmente, é indispensável referir as importantes contribuições de Albert Hirschman neste domínio, que lançaram os fundamentos de uma sociologia histórica da retórica económica e da retórica política (Hirschman, 1977, 1986, 1991, 1993).

tratar-se-ia, antes, de fixar um preço para o "direito a poluir" que estaria na base das decisões racionais dos agentes no sentido de poluir ou renunciar a poluir, e não de uma proibição imposta pelo Estado ou por outras autoridades⁷. Desta forma, tornar-se-ia possível promover a defesa do ambiente através de mecanismos de escolha racional baseados no mercado, sem necessidade de imposições legais ou do apelo a argumentos morais. Dado o postulado da substitutibilidade dos recursos em função da evolução da sua escassez e dos preços que a exprimem, a noção de recursos não-renováveis é dificilmente compatível com esta abordagem⁸. Daí que não seja possível, nesta base, tratar adequadamente problemas como a incomensurabilidade de diferentes tipos de bens, e, neste caso particular, o das "externalidades diacrónicas" e do cálculo de uma taxa de desconto intertemporal ligadas ao processo de transmissão intergeracional dos bens ambientais.

Kenneth Arrow: a complexificação

A perspectiva de Kenneth Arrow - que partilhou o prémio Nobel com John Hicks em 1972 -, apoiada na generalização do conceito de racionalidade limitada ou restrita (*bounded rationality*) de Herbert Simon, admite que os postulados neoclássicos exigem condições de tal modo restritivas, que raramente se verificam na vida real. Daqui decorreria a necessidade de especificar não só as condições em que tais postulados são válidos, mas também as formas de racionalidade possível nas diferentes situações em que esses postulados não se verificam. Assim, contrariamente à estratégia de Becker, que é uma estratégia de defesa da universalidade da validade dos postulados neoclássicos, Arrow defende a preservação do "núcleo duro" desses postulados através da definição das condições da sua aplicabilidade, especificando modelos que tenham em conta as limitações no plano da informação e da comunicação, a presença

⁷ As controvérsias em torno da regulação da poluição pelo mercado ou pelo Estado e da definição de um preço para o "direito de poluir" foram objecto de um importante estudo de Steven Kelman (1981).

⁸ Apesar das suas posições críticas em relação a autores como Becker, é em Robert Solow (1974) que se pode encontrar um das defesas mais elaboradas desta posição. Solow aparece como um exemplo particularmente claro da convicção comum a muitos economistas - que entre si discordam em relação a outros pontos - da necessidade de preservar um "núcleo duro" de conhecimentos, encarando-o como o resultado de um processo cumulativo e progressivo de construção do saber económico. A falta de cumulatividade é, aliás, uma das críticas mais frequentemente dirigidas pelos economistas a outras disciplinas, como a sociologia. Veja-se, a este respeito, as entrevistas incluídas em Swedberg, 1989. Sobre a cumulatividade do saber económico como construção social, veja-se Weintraub, 1991.

de normas partilhadas que podem limitar o leque de escolhas viáveis, e a existência de instituições que assegurem o cumprimento das condições gerais de viabilização da actividade económica. No caso do ambiente, tal implica a incorporação do problema das decisões intertemporais, da incerteza e da irreversibilidade. Assim, por exemplo, ao escolher, num momento t_1 , entre a opção A de preservação de um espaço "natural" e a opção B de desenvolvimento de um complexo hidroeléctrico nesse mesmo espaço, o agente deve ter em conta que a opção B implica uma redução das escolhas possíveis no momento t_2 , na medida em que gera irreversibilidades. Em contrapartida, a opção A mantém em aberto a possibilidade de optar por B no momento t_2 , mas ao mesmo tempo obriga a gerir as incertezas sobre os benefícios relativos das duas opções, dependendo da valorização da procura dos espaços "naturais" e, por conseguinte, da evolução do seu valor entre o momento t_1 e t_2 . Esta abordagem admite, ainda, um conjunto de opções intermédias, tais como a utilização parcial do espaço "natural" para outros tipos de investimentos, delimitando, assim, a irreversibilidade no espaço (Arrow e Fischer, 1974). Embora Arrow e Fischer, no artigo citado, não o afirmem explicitamente, o modelo económico assim construído pressupõe a existência de constrangimentos que lhe são exteriores, relativos à informação e comunicação, à dimensão normativa das escolhas dos agentes, e ao enquadramento institucional da acção económica, que Arrow refere noutros lugares (Arrow, 1974; Swedberg, 1989: 133-151). Note-se que este economista continua a defender o núcleo central dos postulados convencionais da economia, mas pressupondo que a sua defesa passa por uma especificação das condições da sua aplicabilidade, e pela generalização de conceitos inicialmente desenvolvidos para tratar um objecto específico que, depois de reduzidos a uma expressão que permita a sua integração em modelos formalizados, possam ser incorporados no núcleo duro da teoria económica como extensões desta. É este o caso de conceitos como os de *irreversibilidade* ou *escolha intertemporal*.

Importa acrescentar que, como observou Godard, o desenvolvimento recente de uma categoria como a de *património natural* enquanto categoria económica trouxe consigo uma importante modificação do tratamento do problema da irreversibilidade e da escolha intertemporal. Enquanto na abordagem que acabámos de discutir esta questão está associada à manutenção de opções para um momento subsequente, o conceito de património está ligado à ideia de *conservação* e de *transmissão*, sugerindo

a sua relação com a continuidade de uma *identidade*. A irreversibilidade tenderia, assim, a transformar-se em *irrevogabilidade*, condição necessária a essa continuidade identitária. O alargamento desta ideia à definição de uma identidade humana comum evoca ligações ao conceito de *património comum da humanidade* (Godard, 1990, Godard e Salles, 1991; Pureza, 1993, Santos, 1995).

As duas abordagens anteriores partilham a referência comum a um corpo de conhecimentos que, no essencial, é tido como adquirido, e que serve de ponto de partida para a elaboração de diferentes desenvolvimentos, que têm em comum o respeito pelo núcleo duro da chamada "síntese neoclássica"⁹. Mas há também economistas e correntes dentro da disciplina que propõem outras perspectivas, e que têm em comum a crítica à síntese neoclássica e a denúncia da sua adequação enquanto representação da dinâmica económica e da vida económica. Essas perspectivas críticas assentam, geralmente, na reconstrução de genealogias alternativas da disciplina, e, em particular, na identificação de vínculos transdisciplinares que teriam sido abandonados ao longo da história da ciência económica. Albert Hirschman e Juan Martinez-Alier representam duas dessas perspectivas.

Albert O. Hirschman: a transgressão

A perspectiva de transgressão (*trespassing*) defendida por Albert O. Hirschman postula uma recuperação da reflexão moral e da preocupação com a política que esteve na origem da economia política, e uma maior reflexividade do discurso económico, nomeadamente através do reconhecimento do carácter histórico das suas categorias, das tensões e conflitos que sempre atravessaram a disciplina, das opções morais e das implicações políticas envolvidas na produção da teoria económica e na

⁹ O novo institucionalismo económico, na versão da "transaction-cost economics" representada, entre outros, por Oliver Williamson, procura também preservar o núcleo duro da teoria económica convencional substituindo a defesa do mercado como modo universal de coordenação pela ideia de que as formas de coordenação adoptadas pelos actores em diferentes circunstâncias poderão assumir a forma de mercados ou de *hierarquias*, sendo dada preferência à forma que permitir minimizar os custos de transacção envolvidos. Aqui, o conceito central é o de *eficiência*. As soluções institucionais empiricamente identificadas em cada caso constituem, por definição, as soluções mais eficazes sob o ponto de vista dos custos de transacção. No caso do ambiente, o problema a resolver, aqui, seria o da determinação da forma mais eficiente de organizar a conservação ou a intervenção sobre o ambiente. Sobre a "transaction-cost economics", veja-se a entrevista de Williamson em Swedberg, 1989: 115-129, e a crítica de Granovetter, 1985.

formulação de políticas económicas, e nos usos da economia como discurso público e como recurso para o debate democrático. No caso do ambiente, Hirschman sublinha a importância da determinação de valores, de normas que permitam definir a importância da preservação do ambiente, nomeadamente através da dimensão socialmente normativa do direito (Hirschman, 1986: 145-146), mas também através do mecanismo da *expressão (voice)*, que, neste caso, se materializa na emergência de movimentos sociais e de uma opinião favorável à defesa do ambiente. A expressão seria, assim, um modo de acção mais adequado à regulação de problemas envolvendo controvérsias em torno de valores do que o mecanismo alternativo da *escolha (exit)* representado pelo mercado.

A abordagem de Hirschman retoma, assim, uma preocupação dos fundadores da economia política: a de definir as condições morais e políticas de constituição de uma ordem regulada pelo mercado. Para Adam Smith, por exemplo, tal ordem teria de assentar num sentimento particular, a *simpatia*, que permitisse gerar uma "benevolência universal", tornando assim possível assumir a posição de "espectador imparcial", preocupado com o bem público, mas capaz de despersonalizar o sentido das suas acções. Recordemos que, para economistas como Becker, a escolha racional exige, por um lado, a suspensão da referência explícita a valores ou a dilemas morais, presumivelmente incorporados em preferências ou gostos fixos, e, por outro, a aceitação do mercado como único mecanismo institucional compatível com uma ordem social baseada na acção racional de indivíduos maximizadores de utilidades. Por outras palavras, as condições morais e políticas da acção económica constituem, para a economia neoclássica, um *dado* que não é incorporado na análise económica. Para Hirschman, o estudo da emergência e transformação dessas condições está no centro da análise económica. A ciência económica, nesta perspectiva, não poderá ser senão um discurso moral e político.

Esta perspectiva pressupõe, ainda, uma maior reflexividade da ciência económica, manifestada tanto na atenção às condições da actividade científica, profissional e política dos economistas, como à história da disciplina e dos seus conceitos. Essa história não deve ser reduzida, segundo Hirschman, a uma genealogia das categorias da economia neoclássica, mas deve integrar os debates e conflitos através dos quais certas ideias, práticas, textos e interpretações se impuseram na disciplina, e

outros foram marginalizados ou ignorados. A reconstrução e interpretação desses debates passa, necessariamente, pela *transgressão* não só das fronteiras disciplinares convencionais, como também da prática "whiggish" de narrar a história da disciplina como uma história de progressão cumulativa rumo à Verdade. As implicações políticas desta posição são consideráveis: ela obriga a historicizar e contextualizar o conhecimento presente, e a revalorizar o debate e o conflito sobre o ideal de um consenso disciplinar em torno de um "núcleo duro" construído cumulativamente.

Juan Martinez-Alier: a reconstrução

A economia ecológica, representada, entre outros, por Juan Martinez-Alier, defende uma reconstrução da ciência económica em torno de conceitos como os de energia e de entropia, propondo uma genealogia alternativa que procura recuperar ideias vencidas ou abandonadas ao longo da história da disciplina (Martinez-Alier, 1990, 1992). Entre os precursores desta perspectiva, Martinez-Alier inclui o populista russo Podolinski, que foi crítico de Marx na Primeira Internacional, e o romeno N. Georgescu-Roegen, considerado o verdadeiro fundador da economia ecológica. Para além desta reconstrução interna da história da disciplina, a economia ecológica aponta para uma síntese transdisciplinar, envolvendo, nomeadamente, a ecologia, a termodinâmica, a história e a antropologia, e está estreitamente ligada a tomadas de posição e a intervenções no plano político. Estas vão da participação nos movimentos e partidos ecologistas dos países centrais ao apoio activo ao "ecologismo popular" nas diferentes regiões da periferia e semiperiferia do sistema-mundo. No plano teórico, a economia ecológica organiza o seu discurso em torno de conceitos como os de energia, fluxos energéticos, entropia ou externalidades diacrónicas, e procura identificar a diversidade histórica, geográfica e cultural da organização da exploração dos recursos pelas sociedades humanas. Uma diferença em relação à perspectiva anterior reside na mobilização activa das contribuições das ciências da natureza para a reformulação das categorias económicas. Noutros aspectos, contudo, existe uma aproximação evidente, visível, por exemplo, na importância atribuída à história, na contextualização da análise dos diferentes sistemas de organização da exploração dos recursos e da sua relação com a organização social, e no interesse pelas linguagens locais das diferentes formas de ecologismo popular. Um outro aspecto a realçar nesta

perspectiva é a abordagem *global* que propõe, contrastando com o recurso convencional ao quadro nacional como unidade "natural" de análise empírica das economias.

Do debate disciplinar à cultura pública

Estas últimas perspectivas chamam a atenção para a importância de seguir tanto os processos de emergência de discursos críticos da economia convencional como a mobilização de actores sociais em torno das lógicas articuladas por esses discursos. Note-se que todas as perspectivas referidas estão associadas a formas específicas de construção da relação entre o discurso económico e a prática disciplinar dos economistas, por um lado, e outros tipos de discursos e de práticas, científicas e não-científicas, por outro. As formas particulares de mediação, de tradução ou de conversão reguladora nela envolvidas devem ser investigadas como parte da análise do próprio discurso económico, da sua constituição e das tensões e controvérsias que o atravessam. Elas constituem *pontos de passagem obrigatórios* na expansão e consolidação do discurso económico para além dos contextos disciplinares da sua produção (Latour, 1984).

A emergência da economia do ambiente tem dado origem, como vimos, a debates e controvérsias sobre o modo de comensurabilizar o ambiente com os conceitos e métodos disciplinares ortodoxos da economia. Mas ela suscitou, também, um conjunto de discursos críticos dentro da economia, invocando, nuns casos, correntes heterodoxas ou minoritárias (economia ecológica), noutros casos diferentes tipos de discursos oriundos das ciências da natureza, das ciências sociais (ecologia, antropologia, geografia, história, sociologia, direito) ou - como acontece com a ideia de uma "economia interpretativa" defendida por autores como Donald McCloskey, Arjo Klamer, Metin Cosgel ou Don Lavoie - a teoria literária, a retórica e a hermenêutica, como recursos para alargar a "conversação" sobre a economia, e transformar esta num saber mais dialogante com outras formas de saber.

Mas é importante insistir no facto de que a relação entre economia e ambiente não suscita controvérsias apenas no âmbito disciplinar da ciência económica. Ela tem dado lugar, também, a críticas com origem noutras disciplinas - nomeadamente a ecologia, a antropologia e a sociologia - e,

sobretudo, a uma diversidade de discursos críticos que invocam outras fontes de legitimação. A emergência de associações, de partidos e de movimentos ambientalistas e ecologistas é um exemplo particularmente visível deste fenómeno. Situações de controvérsia deste tipo podem também ser encontradas em organizações ou instituições que definem, planeiam e executam políticas públicas envolvendo o ambiente.

O próprio discurso da ecologia, e o uso de noções como a de "ambiente" têm vindo a transformar-se, por sua vez, em discursos públicos com aspiração à universalidade, e em temas que são frequentemente mobilizados como foco de novas formas de comunidade e de cidadania. Mais uma vez, vale a pena examinar o modo como, por exemplo, na sociedade americana, este processo é particularmente visível, tanto na linguagem corrente dos membros da sociedade, como em discursos sociológicos, em que termos como "ecologia", "ambiente" ou "nicho" fornecem o vocabulário "orgânico" para pensar as novas formas de comunidade (Bellah *et al*, 1985). Neste sentido, a escolha do tema do ambiente como foco da presente análise parece particularmente pertinente, na medida em que o discurso ecologista parece ser, hoje, o único tipo de discurso crítico da economia susceptível de adquirir, simultaneamente, o mesmo grau de universalidade, e de permitir a continuação da referência a um registo instrumental baseado na racionalidade técnico-científica, mas agora apoiada no saber pericial dos especialistas das ciências do ambiente e na emergência de "ecotecnocracias" (Martinez-Alier, 1992)¹⁰. Ao mesmo tempo, tal como acontece com a economia - veja-se o modo como os neoconservadores americanos e os conservadores ingleses utilizam a economia como discurso moral -, a ecologia é também um tipo de discurso susceptível de articulação na base da racionalidade moral-prática, o que lhe confere uma capacidade de expansão que nenhum outro tipo de discurso público, hoje, parece conseguir, contribuindo para o transformar no mais sério concorrente do discurso económico. Esta característica contribui para conferir visibilidade às tensões que atravessam a generalização do discurso ecologista, entre uma vertente científico-técnica e uma vertente moral-prática, com implicações distintas em termos dos tipos de saberes que daí

¹⁰ Alguns grupos de investigadores, nomeadamente os que estão ligados ao Programa "Homem e Biosfera" da UNESCO, têm vindo a propôr a constituição de uma nova ciência dos recursos naturais que seria, igualmente, uma ciência geral dos sistemas abertos, a partir dos contributos da economia, da ecologia e da termodinâmica, e da sua relação com a procura de modelos e políticas de desenvolvimento alternativas às políticas hoje dominantes (Naredo e Parra, 1993).

emergem, das formas de acção social que a eles fazem referência ou que neles procuram legitimação, e dos actores sociais envolvidos, das suas relações mútuas e do seu enquadramento social e institucional. Essa tensão é muito clara nas associações e organizações ambientalistas, que procuram fundar a legitimidade das suas tomadas de posição na invocação de um saber científico, na circunstância as ciências do ambiente e as ciências da vida. É nessa tensão que radicam, frequentemente, as contradições que atravessam os movimentos ambientalistas e ecologistas, nomeadamente no plano da prioridade concedida aos argumentos científicos e aos argumentos cívicos, políticos ou morais em questões de defesa do ambiente (Yearley, 1992, 1993)¹¹.

Finalmente, uma última área que valeria a pena explorar em pormenor é a da relação entre a economia e o ambiente no plano do *direito*. De facto, é aqui que se realiza, hoje, uma boa parte do trabalho de articulação entre os argumentos científicos e o quadro normativo e institucional em que tem lugar a actividade económica e os diferentes tipos de acções e iniciativas que procuram impôr a referência ao ambiente como condição incontornável de avaliação da legitimidade dessa actividade.

Conclusão

A orientação de investigação aqui proposta poderá contribuir, na linha do que sugere Hirschman (1991), para criar novas condições de comunicabilidade entre saberes, discursos e práticas sociais, de modo a fazer avançar o debate democrático. A análise da emergência, das características e da difusão e estabilização dos diferentes discursos críticos da economia, em particular, pode contribuir para a renovação da própria sociologia como discurso crítico. No caso de Portugal, tal obrigaria a

¹¹ O caso de Portugal mereceria um estudo pormenorizado que é urgente fazer, e que implicaria a exploração de tópicos como a história e a institucionalização da ciência económica em Portugal, as condições da sua transformação em linguagem das políticas públicas, a sua relação com as características "anti-cientistas" da cultura e dos intelectuais em Portugal (cf. Santos, 1994: 49-67), a concorrência disciplinar e institucional do Direito e da Engenharia, a fraca visibilidade e legitimidade da ciência em Portugal como modo de fundamentar a acção social e política - ligada, por sua vez, à ausência de uma cultura científica ou, pelo menos, de um reconhecimento da importância da ciência como modo de conhecimento relevante para a vida social e à própria fraqueza dos cientistas enquanto força social organizada e capaz de intervenção pública -, a fraqueza ou inexistência de movimentos sociais em Portugal - excepto de modo localizado e temporalmente limitado-, em particular daqueles que, como os movimentos ecologistas, recorrem à cooptação da ciência e dos cientistas como modo de legitimação das suas posições e reivindicações. Sobre estes pontos, veja-se as direcções de pesquisa abertas pela obra de Boaventura de Sousa Santos, especialmente Santos, 1994.

explorar o uso de argumentos económicos num contexto social caracterizado pelo fraco peso da ciência e dos argumentos científicos como recursos do debate e da acção política, e a sua relação com a fraqueza de movimentos sociais que, noutros países, têm vindo a recrutar e cooptar a ciência e os cientistas como modo de fundamentar e legitimar as suas causas e objectivos, utilizando-os de modo não-instrumental e em estreita relação com a invenção de novas configurações de saberes e dos reportórios culturais constitutivos de um novo senso comum (Santos, 1989, 1994, 1995; Nunes, 1995; Swidler, 1986).

Referências

- Arrow, Kenneth J., 1974,
The Limits of Organization, New York: W.W. Norton
- Arrow, Kenneth J., e Anthony C, Fischer, 1974,
Environmental Preservation, uncertainty and irreversibility, *Quarterly Journal of Economics*, LXXXVIII (2): 312-319
- Ashmore, Malcolm, Michael Mulkey e Trevor Pinch, 1989,
Health and Efficiency: A Sociology of Health Economics, Milton Keynes: Open University Press
- Becker, Gary S., 1976,
The Economic Approach to Human Behavior, Chicago: University of Chicago Press
- Bellah, Robert N., *et al*, 1985,
Habits of the Heart, : Individualism and Commitment in American Life, Berkeley e Los Angeles: University of California Press
- Bellah, Robert N., *et al*, 1991,
The Good Society, New York: Vintage Books
- Boltanski, Luc, 1990,
L'Amour et la Justice comme Compétences, Paris: A.-M. Métailié
- Boltanski, Luc, e Laurent Thévenot, 1991,
De la Justification - Les Economies de la Grandeur, Paris: Gallimard
- Boltanski, Luc, e Laurent Thévenot (éds.), 1989,
Justesse et Justice dans le Travail, Paris: P.U.F.
- Chateauraynaud, Francis, 1991,
La Faute Professionnelle Une Sociologie des Conflits de Responsabilité, Paris: A.-M. Métailié

- Derouet, Jean-Louis, 1992,
Ecole et Justice. De l'Egalité des Chances aux Compromis Locaux?
Paris: A.-M. Métailié
- Di Maggio, Paul J., (ed.), 1986,
Non-Profit Enterprise in the Arts: Studies in Mission and Constraint,
New York: Oxford University Press
- DiMaggio, Paul J., e Walter W. Powell, 1991,
The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective
rationality in organizational fields, in *The New Institutionalism in
Organizational Analysis*, Walter W. Powell e Paul J. DiMaggio
(eds.), Chicago: University of Chicago Press: 63- 82
- Godard, Olivier, 1990,
Environnement, modes de coordination et systèmes de légitimité:
analyse de la catégorie de patrimoine naturel, *Revue Economique*, 41
(2): 215-242
- Godard, Olivier, e Jean-Michel Salles, 1991,
Entre nature et société. Les jeux de l'irréversibilité dans la
construction économique et sociale et sociale du champ de
l'environnement, in *Les Figures de l'Irréversibilité en Economie*,
Robert Boyer et al (dir.), Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Etudes
en Sciences Sociales, 233-272
- Goffman, Erving, 1986,
Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience, Boston:
Northeastern University Press (1ª edição 1974)
- Granovetter, Mark, 1985,
Economic action and social structure: a theory of embeddedness,
American Journal of Sociology, 91: 481-510
- Heinich, Nathalie, 1992,
L'esthétique contre l'éthique ou l'impossible arbitrage: de la
tauromachie considérée comme un combat de registres, *Espaces et
Sociétés*, 69: 39-54
- Hirsch, Paul, 1987,
*Pack Your Own Parachute: How to Survive Mergers, Takeovers, and
other Corporate Disasters*, Reading, Massachusetts: Addison-Wesley
- Hirschman, Albert O., 1977,
*The Passions and the Interests: Political Arguments for Capitalism
Before its Triumph*, Princeton: Princeton University Press
- Hirschman, Albert O., 1986,
Rival Views of Market Society and Other Recent Essays, New York:
Viking Press
- Hirschman, Albert O., 1991,
The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy, Cambridge,
Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press
- Hirschman, Albert O., 1993,
A retórica da intransigência - dois anos depois, *Notas Económicas*, 2:
8-21

- Hunter, Albert, (ed.), 1990,
The Rhetoric of Social Research: Understood and Believed, New Brunswick: Rutgers University Press
- Jameson, Fredric, 1991,
Postmodernism and the market, in *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*, Londres: Verso, 260-278
- Jasper, James M., 1990,
Nuclear Politics: Energy and the State in the United States, Sweden, and France, Princeton: Princeton University Press
- Jasper, James M., 1992,
The politics of abstractions: instrumental and moralist rhetorics in public debate, *Social Research*, 59 (2): 315-344
- Kelman, Steven, 1981,
What Price Incentives? Boston: Auburn House
- Klamer, Arjo, 1984,
The New Classical Macroeconomics: Conversations with New Classical Economists and their Opponents, Brighton: Wheatsheaf Books
- Klamer, Arjo, Robert Solow e Donald N. McCloskey (eds.), 1988,
The Consequences of Economic Rhetoric, Cambridge: Cambridge University Press
- Lafaye, Claudette, e Laurent Thévenot, 1993,
Une justification écologique? Conflits dans l'aménagement de la nature, *Revue Française de Sociologie*, XXXIV: 495-524
- Latour, Bruno, 1984,
Les Microbes: Guerre et Paix, Paris: A.-M. Métailié
- Latour, Bruno, 1987,
Science in Action, Milton Keynes, Open University Press
- Latour, Bruno, 1991,
Nous n'avons jamais été Modernes: Essai d'Anthropologie Symétrique, Paris: Editions La Découverte
- Latour, Bruno, 1993,
La Clé de Berlin, Paris: Editions La Découverte
- McCloskey, Donald N., 1985,
The Rhetoric of Economics, Madison: University of Wisconsin Press
- McCloskey, Donald N., 1990,
If You're So Smart: The Narrative of Economic Expertise, Chicago: University of Chicago Press
- McCloskey, Donald N., 1993,
Knowledge and Persuasion in Economics, Cambridge: Cambridge University Press

- Madsen, Richard, 1993,
Global monoculture, multiculture, and polyculture, *Social Research*,
60 (3): 493-511
- Martinez-Alier, Joan, 1987,
Ecological Economics: Energy, Environment and Society, Oxford:
Blackwell
- Martinez-Alier, Joan, 1992,
De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular, Barcelona: ICARIA
- Mirowski, Philip, 1989,
*More Heat than Light: Economics as Social Physics, Physics as
Nature's Economics*, Cambridge: Cambridge University Press
- Naredo, José Manuel, e Fernando Parra (coords.), 1993,
Hacia una Ciencia de los Recursos Naturales, Madrid, Siglo XXI
Editores
- Nelkin, Dorothy, (ed.), 1992,
Controversy: Politics of Technical Decisions, Newbury Park: Sage (3a.
edição)
- Nunes, João Arriscado, 1993,
Erving Goffman, a Análise de Quadros e a Sociologia da Vida
Quotidiana, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37: 33-49
- Nunes, João Arriscado, 1994,
A poética e a política da ciência económica: para uma sociologia da
economia, *Notas Económicas: Revista da Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra*, 3: 98-109
- Nunes, João Arriscado, 1995,
Reportórios, configurações e fronteiras: sobre cultura, identidade e
globalização, *Oficina do CES*, 43
- Pureza, José Manuel, 1993,
Globalização e direito internacional: da boa vizinhança ao património
comum da humanidade, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 36: 9-26
- Reis, José, 1994a,
Discussões macroeconómicas na América (recensão crítica de Paul
Krugman, *Peddling Prosperity*), *Notas Económicas: Revista da
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 4: 125-130
- Reis, José, 1994b,
Recensão crítica de J. Weiler e B. Carrier, *L'Economie Non-
conformiste en France au XXe Siècle*, *Revista Crítica de Ciências
Sociais*, 41: 169-173
- Santos, Boaventura de Sousa, 1980,
O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica, in
Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Teixeira Ribeiro,
Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

- Santos, Boaventura de Sousa, 1982,
O direito e a comunidade: as transformações recentes da natureza do poder do estado nos países capitalistas avançados, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 10, 9-40
- Santos, Boaventura de Sousa, 1989,
Introdução a uma Ciência Pós-Moderna, Porto: Afrontamento
- Santos, Boaventura de Sousa, 1994,
Pela Mão de Alice: O Social eo Político na Pós-Modernidade, Porto: Afrontamento
- Santos, Boaventura de Sousa, 1995,
Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition, Nova Iorque e Londres: Routledge
- Schudson, Michael, 1993,
Advertising, the Uneasy Persuasion: Its Dubious Impact on American Society, Londres: Routledge (1ª edição 1984)
- Scott, James C., 1976,
The Moral Economy of the Peasant, New Haven: Yale University Press
- Solow, Robert, 1974,
The economics of resources or the resources of economics, *The American Economic Review*, LXIV (2): 1-14
- Star, Susan Leigh, 1989,
Regions of the Mind: Brain Research and the Quest for Scientific Certainty, Stanford: Stanford University Press
- Star, Susan Leigh, e James R. Griesemer, 1989,
Institutional Ecology, "Translations", and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39, *Social Studies of Science*, 19: 387-420.
- Swedberg, Richard, 1989,
Economics and Sociology: Redefining their Boundaries, Princeton: Princeton University Press
- Swidler, Ann, 1986,
Culture in Action: Symbols and Strategies, *American Sociological Review*, 51: 273-286
- Thompson, Edward P., 1971,
The moral economy of the english crowd in the eighteenth century, *Past and Present*, 50: 76-136
- Titmuss, Richard M., 1971,
The Gift Relationship: From Human Blood to Social Policy, New York: Pantheon
- Weintraub, E. Roy, 1991,
Stabilizing Dynamics: Constructing Economic Knowledge, Cambridge: Cambridge University Press

- Wolfe, Alan, 1989,
Whose Keeper? Social Science and Moral Obligation, Berkeley e Los Angeles: University of California Press
- Zeliser, Viviana A., 1983,
Morals and Markets: The Development of Life Insurance in the United States, New Brunswick: Transaction Books
- Zeliser, Viviana A., 1985,
Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children, New York: Basic Books
- Yearley, Steven, 1992,
Green ambivalence about science: legal-rational authority and the scientific legitimation of a social movement, *British Journal of Sociology*, 43 (4): 551-532
- Yearley, Steven, 1993,
A Causa Verde: Uma Sociologia das Questões Ecológicas, Oeiras: Celta